

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, DAP, DRIPP.

Temas:

Atividade do PE, da Comissão e do Conselho.

Pontos mais importantes a destacar (semana de 21 a 25 de outubro de 2019)

Sessão Plenária do PE - principais debates

Brexit - desenvolvimentos

Prémio Sakharov 2019

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Teve lugar, na presente semana, a sessão plenária do PE, em Estrasburgo, sendo de destacar <u>os principais temas na agenda:</u>

• <u>Debate com Donald Tusk e Jean-Claude Juncker sobre os resultados do Conselho</u> <u>Europeu de 17-18 de outubro</u>

As <u>Declarações iniciais</u> do presidente do Conselho Europeu, <u>Donald Tusk</u>, e do presidente da Comissão, <u>Jean-Claude Juncker</u>, centraram-se a) no Brexit, tendo Juncker afirmado que todo o processo tem sido um "desperdício de tempo e energia", b) no alargamento, com ambos a concordarem que se tratou de um "erro histórico" não ter sido tomada a decisão de abertura de negociações com a Albânia e com a Macedónia do Norte, e c) no Quadro Financeiro Plurianual.

Seguiu-se a <u>primeira ronda de oradores em nome dos grupos políticos</u>, em que destacamos a referência consensual relativamente à necessidade de preservar e respeitar o papel do PE no Brexit, sendo que est**e Parlamento não se deixará condicionar pela pressão do calendário na sua apreciação**, bem como o lamento pela ausência de decisão do Conselho Europeu relativamente ao processo de alargamento. No respeitante ao QFP 2021-27, o PE reiterou a sua proposta e a necessidade de haver um nível de ambição maior no volume orçamental, bem como no imperativo de se progredir relativamente ao sistema de recursos próprios. Intervieram os Deputados portugueses <u>Pedro Silva Pereira (S&D)</u>, <u>Margarida Marques (S&D)</u> e <u>Paulo Rangel (PPE)</u>.

No final do debate, registam-se ainda as <u>Declarações finais</u> do negociador-chefe da UE para o Brexit, Michel Barnier, e do presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk.



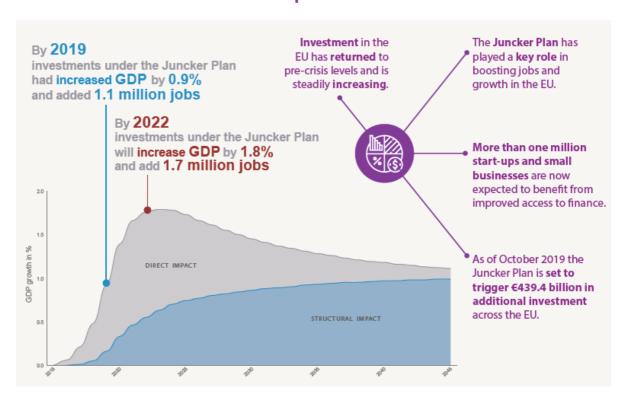
Balanco da Comissão de Jean-Claude Juncker (fonte: Serviço de Imprensa do PE)

O PE promoveu um <u>debate</u> para fazer o balanço da Comissão liderada por Jean-Claude Juncker nos últimos cinco anos. No seu <u>discurso de despedida no PE</u>, Jean-Claude Juncker referiu alguns dos progressos realizados nos domínios prioritários da Comissão, incluindo o crescimento, o emprego e os investimentos, bem como o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e as regras relativas ao destacamento dos trabalhadores, bem como as relações com África e a conclusão de 15 novos acordos comerciais, entre outros temas.

No entanto, assinalou que o feito mais saliente foi o facto de a paz ter sido mantida na Europa, tendo apelado aos Deputados para que continuem a lutar pela Europa e contra os "nacionalismos estúpidos". Do lado negativo, o presidente da Comissão manifestou a sua desilusão pelo facto de a União Bancária não ter sido concluída - o que considera fundamental para combater futuras crises -, de não ter sido celebrado o acordo com a Suíça e de não ter sido resolvida a questão de Chipre.

Uma das medidas mais emblemáticas da atual Comissão foi o chamado **Plano Juncker**, cujo <u>balanço</u> foi apresentado a 22 de outubro, sendo de destacar dois gráficos que espelham os efeitos alcançados (apenas disponível em língua inglesa):

Macroeconomic impact of the Juncker Plan





• Acores: debate sobre os prejuízos causados pelo furação Lorenzo

Foi feito um aditamento à agenda inicial, pois os Deputados pretendiam questionar a Comissão Europeia no sentido de saber se vai mobilizar o Fundo de Solidariedade da UE e que outras medidas pretende tomar para apoiar as ações e os investimentos necessários nos Açores após a passagem do furação Lorenzo, em 2 de outubro.

Registaram-se intervenções dos Deputados <u>Iosé Manuel Fernandes</u> (PPE), <u>Isabel Carvalhais</u> (S&D), <u>Ioão Ferreira</u> (GUE/NGL), <u>Sara Cerdas</u> (S&D) e <u>Álvaro Amaro</u> (PPE).

• Operação militar da Turquia no nordeste da Síria

O Parlamento Europeu aprovou uma <u>resolução</u> apelando a sanções contra os responsáveis por violações dos direitos humanos durante a intervenção militar turca na Síria, considerando-a "uma grave violação do Direito Internacional". O PE considera "inaceitável" que o Presidente turco Recep Tayyip Erdoğan tenha utilizado os refugiados como "arma para chantagear a UE", defendendo que seja criada uma zona de segurança liderada pela ONU no norte da Síria, em benefício das populações que aí vivem.

Por outro lado, a resolução manifesta a preocupação com notícias de que centenas de prisioneiros do autodenominado Estado Islâmico estão a fugir dos campos no norte da Síria, o que aumenta o risco de um ressurgimento deste grupo terrorista.

Finalmente, o PE insta o Conselho a introduzir uma série de sanções específicas e proibições de vistos para os funcionários turcos responsáveis por violações dos direitos humanos durante a intervenção militar, bem como seja pondera a adoção de "medidas económicas adequadas e seletivas" contra a Turquia, que não devem visar a sociedade civil. Apela-se, ainda, ao lançamento pela diplomacia europeia de uma iniciativa destinada a impor à Turquia um embargo global de armas à escala da UE.

Durante o debate, intervieram os Deputados portugueses <u>Isabel Santos (S&D)</u>, <u>Paulo Rangel (PPE)</u>, <u>Margarida Marques (S&D)</u> e <u>Sandra Pereira (CEUE/EVN)</u>.



2. BREXIT

Na Síntese n.º 12, reportámos os desenvolvimentos da passada semana, designadamente as Conclusões do Conselho Europeu (Art. 50), 17 de outubro de 2019, os Textos revistos do protocolo sobre a Irlanda/Irlanda do Norte*, a Declaração política revista no respeitante à futura relação entre a União Europeia e o Reino Unido e a Versão consolidada do acordo de saída após a revisão do Protocolo sobre a Irlanda/Irlanda do Norte, incluindo as adaptações técnicas aos Artigos 184 e 185. conforme acordado pelos negociadores e endossado pelo Conselho Europeu, sendo que esta semana trouxe novidades ao processo do Brexit.

Após a votação da emenda *Letwin*, que determinava que o Parlamento não poderia votar um acordo de saída da UE enquanto toda a legislação de implementação dessa saída (ou seja, o <u>European Union Withdrawal Bill</u>, que o Governo ainda não submetera ao Parlamento) não tivesse sido adotada, o Governo apresentou finalmente <u>essa proposta de Lei</u> à Câmara dos Comuns, tendo sido <u>aprovada</u> por 329 votos a favor e 309 contra. Porém, e de modo a poder cumprir com o prazo de 31 de outubro para o Brexit, o 1.º Ministro **britânico solicitara igualmente ao Parlamento que o processo de apreciação e aprovação desta legislação pudesse ser feita em 3 dias, tendo os Deputados <u>rejeitado esse pedido</u> por 322 votos contra 308, por considerarem insuficiente o tempo para apreciar legislação de tal complexidade.**

Deste modo, e sem um calendário que permita a aprovação do acordo de saída como tal antes de

31 de outubro, o Governo britânico decidiu suspender o processo legislativo e aguardar que o Conselho Europeu delibere sobre o <u>pedido de extensão</u> submetido por Boris Johnson.





Importa fazer duas primeiras leituras: por um lado, é <u>efetivamente a primeira vez que a</u> <u>Câmara dos Comuns apoia uma iniciativa legislativa favorável a um acordo de saída do Brexit</u>, pois as anteriores votações foram consistentemente no sentido de evitar uma saída sem acordo. Por outro, as <u>maiorias registadas nestas duas votações</u> sobre o mesmo diploma, ainda que em dimensões procedimentais distintas, evidenciam a **volatilidade e a dispersão dos votos**, que não se conformam às linhas partidárias em sentido estrito, o que confere **imprevisibilidade** a novas votações.

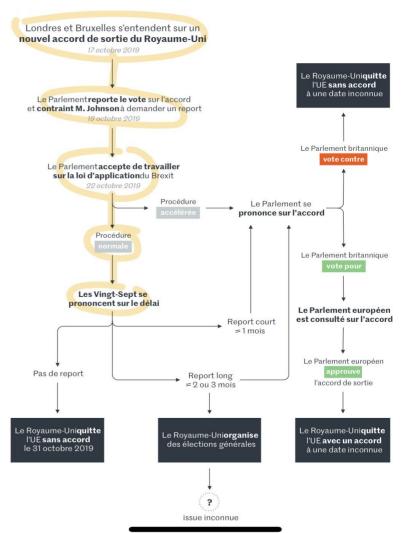
O *Le Monde* apresenta uma infografia sobre os próximos passos que ajuda a sistematizar o ponto de situação (apenas disponível em língua francesa).

De momento, há vários cenários em cima da mesa, relacionados com a duração da extensão a conceder pela UE (até 31 de janeiro de 2020, como exige o Benn Act e consta do pedido britânico? Por algumas semanas apenas, até o Parlamento britânico votar a EU Withdrawal act?) e qual o rumo estratégico a seguir pelo 1.º Ministro britânico em termos de calendário eleitoral (eleições antecipadas sem aprovação do acordo no Parlamento (antes do Natal)?) Tentar aprovar o acordo e convocar eleições a seguir (janeiro de 2020)?

Iohnson

anunciou.

Boris



entretanto, que irá submeter uma moção à Câmara dos Comuns solicitando que possa ser dado tempo suficiente para ser apreciada a legislação, mas que seja igualmente votada <u>a convocação de eleições gerais para dia 12 de dezembro</u>. A votação desta moção deverá ter lugar na 2.ª feira, dia 28 de outubro. O Partido Trabalhista reserva a sua posição, mas <u>anunciou já que apenas dará o seu</u>

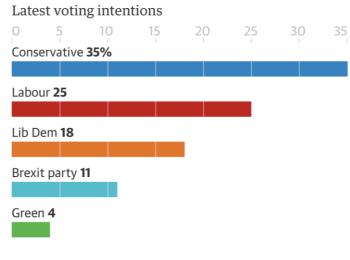


<u>acordo</u> (é necessária maioria de 2/3, ou seja, 434 Deputados) se estiver <u>completamente afastada a</u> possibilidade de uma saída sem acordo.

Como elemento de enquadramento, o *Guardian* publicou esta semana uma sondagem sobre as intenções de voto, que reproduzimos.

Do lado do Conselho Europeu, o <u>COREPER</u> (Embaixadores) da manhã de 6.ª feira chegou a um <u>princípio de acordo para conceder a extensão do período para o Brexit</u>, através de procedimento escrito entre os Chefes de Estado e de Governo, mas sem precisar a duração da extensão, aguardando pela votação agendada na Câmara dos Comuns. Poderá ter lugar nova reunião do COREPER na 2.ª ou 3.ª feira.

Britain Elects poll of polls has the Tories leading Labour by 10 points



Guardian graphic | Source: Britain Elects Poll Tracker. 22 October 2019

Em síntese, i) a Câmara dos Comuns votou

favoravelmente, na generalidade, o *EU Withdrawal Bill*, ii) recusou a sua apreciação na especialidade em apenas 3 dias, como pretendia Boris Johnson; iii) o Governo fez, então, uma pausa nesse processo legislativo, iv) submetendo uma moção para dar mais tempo ao Parlamento para essa especialidade, mas condicionada à convocação de eleições gerais a 12 de dezembro. O maior partido da oposição apenas dará a sua anuência a eleições antecipadas se houver garantias de que a UE concede uma extensão e que não haverá saída sem acordo. iv) A UE pronunciou-se favoravelmente, em princípio, a uma extensão, mas sem precisar o respetivo detalhe a aguarda pela votação de 2.ª feira na Câmara dos Comuns (referida em iv).

3. COMISSÃO EUROPEIA - INVESTIDURA ADIADA

Na sequência da rejeição pelo PE dos candidatos **László Trócsányi (Hungria, PPE), Rovana Plumb (Roménia, S&D) e Sylvie Goulard (França, Liberais (Renew Europe**), a Comissão Europeia não iniciará funções a 1 de novembro, mas previsivelmente a 1 de dezembro.

Até lá, terão de ser realizadas as audições dos novos candidatos no PE, após verificação de incompatibilidades pela Comissão JURI, sendo que, de momento, a situação é a seguinte:



- i) a França indicou um novo candidato, <u>Thierry Breton</u>, ex-ministro da economia do Governo Chirac e até agora <u>CEO</u> da empresa <u>ATOS</u>;
- ii) a Hungria designou Olivér VÁRHELYI, diplomata de carreira e atual Representante Permanente junto da UE, mas o nome ainda não foi formalmente aceite pela Presidente eleita da Comissão, havendo relatos de exigências no sentido de ser apresentada uma candidata do sexo feminino também;
- iii) a Roménia indicou Dan Nica, Deputado ao PE, mas o governo liderado por Viorica Dăncilă (S&D) enfrentou a 10 de outubro uma moção de censura no Parlamento, que perdeu por 238 votos e que tem como consequência a sua destituição. Foi indigitado um novo 1.º Ministro (Ludovic Orban. PPE), encarregue de formar uma coligação que apoie um novo governo, mas tais conversações ainda não estão concluídas e não é expectável uma decisão quanto ao Comissário romeno antes dessa clarificação.

4. PRÉMIO SAKHAROV 2019

(fonte: Serviço de Imprensa do PE)

O defensor dos direitos da minoria uigure chinesa e professor de economia Ilham Tohti é o vencedor do <u>Prémio Sakharov</u> deste ano, decisão hoje tomada pela Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu, constituída pelo presidente da instituição e pelos líderes dos grupos políticos.

"Ao atribuir este prémio, instamos vivamente o governo chinês a libertar Tohti e apelamos ao respeito pelos direitos das minorias na China", afirmou o presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli. A cerimónia de entrega do galardão realiza-se no dia 18 de dezembro, em Estrasburgo.

Durante mais de duas décadas Ilham Tohti trabalhou incansavelmente para promover o diálogo e a compreensão entre uigures e chineses. Em resultado do seu ativismo, foi condenado, em setembro de 2014, a uma pena de prisão. Tohti foi também autor do Uyghur Online, um sítio Web que discute questões uigures. Nesta plataforma, criticou regularmente a exclusão da população uigure chinesa do desenvolvimento do país e incentivou uma maior sensibilização para o estatuto e o tratamento da comunidade uigure na sociedade chinesa. Por estas ações, Ilham Tohti foi declarado um "separatista" pelo Estado chinês e, subsequentemente, condenado a uma pena de prisão perpétua.



5. OUTROS TEMAS EM DESTAQUE

- Croácia: adesão ao espaço Schengen a Comissão apresentou hoje uma comunicação sobre os progressos realizados pela Croácia para preencher as condições de adesão ao espaço Schengen, tendo considerado que, dados os resultados do processo de avaliação de Schengen iniciado em 2016, o país adotou as medidas necessárias para poder aplicar plenamente as regras e normas de Schengen.
- Comissão Europeia: Mulheres em cargos de direção: A Comissão Europeia excedeu o objetivo fixado pelo Presidente Jean-Claude Juncker em 2014, que consistia em conseguir que, até ao final do seu mandato, 40 % dos cargos de direção intermédia e superior na Comissão fossem ocupados por mulheres. A percentagem de mulheres em cargos de direção, a todos os níveis, é atualmente de 41 %, quando era apenas de 30 % no início do mandato, o que representa um aumento de 37 %. O número é ainda mais expressivo a nível dos cargos de direção intermédia (os mais numerosos na Comissão), os de chefe de unidade. Atualmente, 42 % desses postos são ocupados por mulheres, contra 31 % quando a Comissão Juncker tomou posse. Estes resultados colocam a Comissão entre as administrações públicas de todo o mundo com a maior percentagem de mulheres em cargos de liderança.
- * Resultados da Reunião do Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Emprego e Política Social, 24/10/2019
- **❖ DESTAQUES DA AGENDA (semana de 28 a 31 de outubro)**
 - PARLAMENTO EUROPEU: na próxima semana, os trabalhos do PE serão dedicados a atividades parlamentares exteriores.
 - CONSELHO: sem reuniões agendadas.

Estrasburgo | 25 de outubro de 2019

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73